

## ENTRE O BRANCO E O PRETO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O (NÃO) LUGAR DO MESTIÇO A PARTIR DE ALUÍSIO DE AZEVEDO

Micheli Longo Dorigan\*

### *Introdução*<sup>60</sup>

“No sábado, dia 9 de abril de 1881, a tipografia do jornal *O País*, da província de São Luís do Maranhão, publicou a primeira edição de mil exemplares do romance de duzentas e quarenta e oito páginas intitulado *O Mulato*, do jovem escritor Aluísio Azevedo.” (ALMEIDA, 2010, p.27) O enredo da obra se passava na própria capital do estado, no final do século XIX, e contava a história de Raimundo, um mulato “fino, de olhos azuis”, nascido na capital maranhense, filho de José Pedro da Silva, um comerciante português, e Domingas uma mulher ex-escravizada.

O protagonista, após a morte do pai, quando criança, foi enviado à Europa para estudar, retornando somente muitos anos depois, já formado bacharel em direito, pela Universidade de Coimbra. Após passar um ano no Rio de Janeiro, o mesmo decide retornar a São Luís a fim de resolver alguns assuntos relacionados a venda de terras e propriedades, se hospedando na casa de seu tio, Manuel Pescada,

A trama se dá, quando, durante sua estadia, o protagonista acaba se apaixonando e desenvolvendo um romance com sua prima, Ana Rosa, “senhorita da elite maranhense, branca, descendente de portugueses, filha de ilustre comerciante da cidade cuja família sonhava com

---

\* Mestranda em Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC). Graduada em Ciências Sociais - Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Estadual de Maringá. Email: michelidorigan@hotmail.com

<sup>60</sup> Uma versão deste trabalho foi apresentada no 12º Seminário Nacional Sociologia & Política (organizado por discentes Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR e realizado pela Associação Nacional Sociologia & Política) e publicada nos anais do evento.

um casamento ‘digno’ de sua posição social e sanguínea.” (DINIZ, 2008, p.89) Contudo, a história de amor dos dois é interceptada e repudiada pelos familiares da moça, pela origem de Raimundo - desconhecida pelo mesmo.

Assim, mesmo sendo um indivíduo educado com posses, diploma, e próximo fenotipicamente da cor branca, o protagonista é interceptado pelo preconceito e discriminação destinados aos “sujeitos de cor” na sociedade maranhense no final do século XIX. Nessa linha, entende-se o sujeito mestiço, em uma sociedade racista e determinada por binarismos raciais - preto e branco - tem sua identidade e seu lugar no mundo indefinidos.

Desse modo, o objetivo central da pesquisa é analisar e compreender a discussão a respeito do (não lugar) do sujeito mestiço partindo da análise da obra *O mulato* de Aluísio de Azevedo, grande clássico da literatura brasileira. Entende-se que a reflexão sobre a obra de Azevedo, se faz importante a fim de refletir sobre questões raciais, que embora produzidas e desenvolvidas no passado, continuam atuantes no presente.

Nesse sentido, a fim de poder investigar tais questões, e refletir sobre os problemas relativas à identidade e mestiçagem, a partir do final do século XIX, período de confecção do livro, buscar-se-á analisar tanto o texto quanto o contexto da obra e do autor, conforme pressupostos da História Cultural, segundo Roger Chartier (1990).

Ainda, para fundamentar a abordagem teórica e metodológica, a pesquisa se fundamenta em autores como Ana Maria Oliveira (2008), Leudjane Michelle Viegas Diniz (2008) e Rodrigo Estramano de Almeida (2010) que discutem a obra de Aluísio Azevedo, e autores como Leo Spitzer (2001), David Brookshaw (1983), e Alessandra Devulsky (2021) que discutem questões relacionadas a assimilação, marginalidade e identidade.

### **Da literatura à realidade: como pesquisar e discutir tais questões?**

Tendo em vista que vamos trabalhar com textos literários para a realização desta pesquisa, alguns pontos precisam ser esclarecidos. Primeiramente, é importante frisar que os escritos literários podem e devem ser vistos como testemunhos históricos, documentos passíveis de análises e estudos tanto para a História como para as Ciências Sociais. Isso é possível pois “a literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural, e, também, constituinte deste.” (BORGES, 2010, p. 98).

Sendo assim, uma vez que, de acordo com Ana Maria Oliveira (2008), a literatura encontra na história o seu elo comum com a sociedade, podemos compreender o texto literário como a representação de um determinado espaço-tempo, e fonte privilegiada para o estudo deste. Com isso em mente, optamos como abordagem e fundamentação metodológica, a História Cultural, que conforme Roger Chartier (1990) “tem por principal objeto identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.14)

Nessa linha, as condições sociais de produção, são de suma importância para a sua análise e interpretação, uma vez que a partir delas, é possível desvendar os códigos e estruturas sociais, políticas e econômicas da época em que foi escrita. Ainda, devemos levar em conta, que “a arte age sobre o meio histórico, sem perder de vista que ela é produzida por um sujeito inserido num contexto histórico, que vê, analisa, percebe e também age nesse mesmo contexto.” (MARTINO, 2018, p.75) Assim:

*[...] ao retratar a sociedade na qual está inserido, o autor apresenta ao leitor uma representação da sociedade em que viveu. Indo do texto ao contexto, ou seja, da narrativa ficcional ao contexto histórico do autor, podemos compreender como tais “leituras” do social foram construídas. (PRECISO, 2019, p.151)*

Desse modo, percebemos a obra *O mulato* como uma representação de um dado momento histórico, relacionada “tanto ao contexto de surgimento do livro, quanto às especificidades do texto literário”. (DINIZ, 2008, p.13) Além disso, conforme Roger Chartier (1990) as representações do social envolvem relações de poder e são construídas e determinadas por interesses. Sendo assim, devemos frisar que os discursos produzidos através dos textos literários não são neutros, pelo contrário, revelam uma visão de mundo, e muitas vezes defendem um projeto político.

*As lutas de representação, inseridas em regimes de verossimilhança, são também lutas pelo poder – poder de persuadir, de influenciar, de se fazer aceitar. Não são construídas apenas pela força física, mas são também tecidas e tramadas através de discursos como o literário, que, ao articular imaginação, provas e possibilidades, influenciam e são influenciados pelos leitores, num exercício mútuo de poder. (DINIZ, 2008, p.14)*

Com isso em mente, podemos partir para a análise do contexto de produção, a fim de verificar quais fatores sociais e políticos estavam voga na época em que a obra foi escrita.

### **Espiando fora do livro: nas páginas do contexto do século XIX**

Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo nasceu em São Luís, no Maranhão, no dia 14 de abril de 1857. Desde criança se interessou pelas artes, apesar de ter trabalhado em outro

ramo para ajudar a família, quando adolescente. Aos 19 anos, foi estudar no Rio de Janeiro, na Imperial Academia de Belas Artes, fazendo caricaturas para jornais, para se manter.

Após a morte do pai, em 1878, teve de retornar a Maranhão, e um ano depois, lançou sua primeira obra como escritor, o romance *Uma lágrima de mulher*. Nesse meio tempo integrou-se ao jornal *O pensador*, onde utilizava as palavras como arma na luta “pela prevalência das idéias progressistas, renovadoras, revolucionárias contra o tradicionalismo da sociedade de São Luís e a Igreja Católica.” (OLIVEIRA, 2008, p.36)

Desse modo, percebemos como o autor se expressava e como utilizava a escrita para tecer seu ativismo político a favor da abolição e do progresso. “A manutenção do sistema escravocrata e a influência que o clero exercia sobre a população eram, para Aluísio Azevedo, as duas principais causas da decadência social e degradação dos costumes do Maranhão.” (OLIVEIRA, 2008, p.36)

Nessa época, segundo Ana Maria Oliveira (2008), a capital era invadida pela campanha de livre pensamento, e a imprensa tinha papel fundamental nesse cenário, responsável por escoar os pensamentos e teorias que circulavam na Europa, para o Brasil. Nessa época, teóricos como Augusto Comte, Charles Darwin, Herbert Spencer, eram muito comentados, assim como suas teorias: o positivismo, o darwinismo e o determinismo social respectivamente – sendo a primeira e a última as mais populares em nosso país.

O determinismo social, partindo da ideia de seleção natural do determinismo, de sobrevivência do mais apto ao meio, ou seja, do mais evoluído, aplicava o conceito a ideia de raças. Nessa linha de pensamento a raça branca seria a mais evoluída e superior, e a raça negra, a inferior. Contudo, tal perspectiva enxergava de maneira pessimista a ideia de miscigenação, “pois acreditava que ‘não se transmitiriam caracteres adquiridos’, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro.” (OLIVEIRA, 2008, p.40-41)

*As decorrências [...] desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros” e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação, e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração [...]. (OLIVEIRA, 2008, p.40-41)*

Apesar de também possuir o caráter evolucionista, o positivismo, segundo David Brookshaw (1983), adotava uma postura mais amena, na defesa de certas qualidades presentes em diferentes raças, e conseqüentemente na defesa da mistura entre elas. Os positivistas, conforme o autor, “tencionaram fazer uma política de nacionalismo esclarecido no qual a

mistura de raças devia ser encorajada, os estudos regionais estimulados e a proteção ao índio garantida pelo estado. Tal política devia ser dirigida com vistas a integração nacional.” (BROOKSHAW, 1983, p.50)

Além de que, de acordo com Leudjane Michelle Viegas Diniz (2008), o positivismo não constituía uma teoria homogênea e unificada – nem mesmo na Europa. A leitura de tais concepções teóricas era filtrada e traduzida ao chegar no país, adaptada pelos intelectuais nacionais “de acordo com as necessidades locais e também com os seus interesses pessoais. Daí o fato de a questão racial, naquele momento, propiciar leituras diversificadas, dependendo [...] do modo como cada intelectual se apropriava desse discurso. (DINIZ, 2008, p.132)

Nesse contexto, de acordo com Daniel Precioso (2019) a questão racial e a noção de país mestiço, “que permeou a literatura científica brasileira no século XIX, deu um tonus específico à receptividade das teorias racistas, que tiveram de ser adequadas a uma nação mestiça e muito distante do suposto arianismo dos países europeus [...]” (PRECIOSO, 2019, p.154). Percebe-se assim, a importância dada a miscigenação, e por consequência, a escravidão e a emancipação, uma vez que era necessário discutir além da abolição, o lugar que os descendentes de escravos ocupariam na futura nação.

*Nessa perspectiva, enfatizar um personagem mulato e levantar discussões sobre a mestiçagem e a abolição era uma forma de dar visibilidade a problemáticas internas e estruturais vividas na sociedade oitocentista, pois estava em jogo também, naquele momento, a luta por um novo projeto político para o país, [...] do qual literatos como Aluísio se viam como porta-vozes. (DINIZ, 2008, p.98)*

Nesse período, de acordo com Ana Maria Oliveira (2008), em concordância com o “discurso racial vigente, [...] caracteres físicos passaram a ser considerados como critérios de classificação racial. Desse modo, a cor da pele, a textura dos cabelos e os traços do rosto indicavam em qual raça uma pessoa podia esperar ser classificada. Enfim, o seu status social.” (OLIVEIRA, 2008, p.46) Importava ainda, segundo a autora, o padrão da riqueza, a aparência, o estilo da roupa, o comportamento e o círculo social em que estava inserido.

Nessa linha, uma vez que a cor da pele definia o status do sujeito, “pessoas livres, mestiças, mesmo que tivessem uma posição sócio-econômica comparável à de pessoas brancas, não eram isentas do desprezo dispensado às de cor preta.” (OLIVEIRA, 2008, p.23-24) Desse modo, assim como Leudjane Michelle Viegas Diniz (2008), entendemos que “na sociedade oitocentista, a noção de ‘cor’ delimitava não só um grupo racial, mas também lugares sociais.” (DINIZ, 2008, p.68)



E qual seria o lugar do mestiço, do mulato nessa sociedade? Segundo Leudjane Michelle Viegas Diniz (2008), essa questão constituía o grande debate para a elite intelectual brasileira, uma vez que se:

*[...] por um lado, as teorias condenavam a mistura racial e traziam em seu bojo um significado negativo e pessimista, relacionando a palavra miscigenação à idéia de povo degenerado, por outro, a questão da miscigenação devia também encontrar uma saída viável, pois, ao mesmo tempo em que não se podia negar essa realidade no país, desejava-se construir uma identidade nacional baseada na imagem de progresso, o que se tornava um problema. (DINIZ, 2008, p.92)*

Desse modo, apesar de justificar a intensa desigualdade e hierarquia, as teorias acabavam por prejudicar a ideia de um projeto nacional, uma vez que a degeneração da raça, efeito da miscigenação, era profundamente preocupante. Assim “era preciso passar pelo pessimismo da via degeneracionista européia, sem de fato assimilá-la.” (SCHWARCZ, 1992, p.162-163) Nessa linha, é na brecha desse paradoxo, que segundo Lilia Schwarcz (1992):

*[...] residirá a saída original dos pensadores nacionais e em especial dos acadêmicos da Escola de Recife. Usando as máximas da antropologia [...] os acadêmicos dessa instituição encontrarão respostas inusitadas, ao acomodar conclusões poligenistas e argumentos próprios do evolucionismo social. Da primeira doutrina retirava-se o pressuposto da diferença original entre as raças, naturalizando-se desigualdades de base social. Já do segundo modelo buscava-se a idéia de que os organismos não permaneciam estacionados, mas em constante evolução. (SCHWARCZ, 1992, p.163)*

Assim, a “saída” encontrada pelos cientistas brasileiros, segundo Lilia Schwarcz (1992), foi absorver o ideal de que as raças significavam realidades essenciais, e em contrapartida, negar a noção de que a mestiçagem seria sinônimo de degeneração. Desse modo, de acordo com a autora, a partir da combinação entre os modelos evolucionistas e darwinistas sociais, pregou-se no Brasil, uma ciência que justificava a desigualdade enquanto inferioridade, mas também uma ciência que defendia uma miscigenação positiva, apostando no branqueamento da população.

Nesse cenário, a união entre literatura e antropologia, contribuiu na veiculação e circulação dessas teorias, na esfera cotidiana da vida dos brasileiros, uma vez que as obras produzidas, mesmo expondo o mal-estar existente no período, apontavam algumas saídas, como o branqueamento e a miscigenação – como a obra do próprio Aluísio Azevedo.

*Nas mãos desses literatos, conceitos e teorias sociais transformavam-se em personagens individuais. [...] se não era através da literatura que se criavam modelos sociais ou políticas de intervenção pública, era por meio desses romances naturalistas que se veiculavam representações que rapidamente se transformavam em consensos sociais, consumidos enquanto verdades, não de grupos específicos, mas do próprio momento. (SCHWARCZ, 1992, p.163-164)*

Assim, percebe-se como a literatura brasileira constituiu uma “importante ferramenta de construção e autoafirmação da identidade nacional.” (DANTAS, 2010, p.1) Ainda, apesar de

ser comum o pensamento de que o romantismo foi o principal, e mesmo o único estilo literário a dialogar com a noção de identidade, foi com o gênero naturalista que Aluísio Azevedo desenvolveu sua crítica sobre a mestiçagem e a defesa da mesma. Foi ele o responsável por introduzir esse estilo literário no Brasil, com a publicação da obra *O mulato*.

Nessa linha, apesar de manter algumas características românticas em seu texto, é a partir do naturalismo que o autor tece sua crítica, adaptando o gênero à realidade brasileira. Adaptação necessária, uma vez que esse estilo, segundo Leudjane Michelle Viegas Diniz (2008), encontrou em nosso país problemáticas diferentes “que deram um tom diferente do europeu à produção dos escritores naturalistas” tendo em vista que estes precisavam dialogar com uma “sociedade monárquica, escravocrata e miscigenada em busca de uma identidade nacional e de postulados científicos que a explicassem e legitimassem.” (DINIZ, 2008, p.44)

Desse modo, segundo David Brookshaw (1983), o Naturalismo colocou a figura do mulato sob um exame mais minucioso, e Aluísio Azevedo, teve grande papel nessa empreitada, ao tornar o mulato o protagonista de sua obra, e assim defender sua postura favorável a representação da mestiçagem como símbolo do país.

### **Nem um, nem outro**

Contudo, além de defender a miscigenação, Aluísio Azevedo evidencia o preconceito e o tratamento hostil reservado aos indivíduos miscigenados, independentemente do seu grau de instrução e classe social. Assim, apesar de ser um mulato fino, educado, de olhos claros, bacharel e doutor pela Universidade de Coimbra - símbolo de destaque na época -, além de rico, em vista da fortuna deixada pelo pai, “o mesmo é tratado com preconceito e a ele são atribuídos estereótipos próprios aos chamados ‘sujeitos de cor’.” (DANTAS, 2010, p.3)

*[...] mas, posto lhe repetissem com insistência que o Maranhão era uma província muito hospitaleira, como é de fato, reparava despeitado, que, sempre e por toda a parte, o recebiam constrangidos. Não lhe chegava as mãos um só convite para baile ou para simples sarau; cortavam muita vez a conversação, quando ele se aproximava; tinham escrúpulo em falar na sua presença de assuntos, aliás, inocentes e comuns; enfim - isolavam-no, e o infeliz, convencido de que era gratuitamente antipatizado por toda a província, [...] (AZEVEDO, 1959, p.60-61)*

Nos trechos do livro, percebe-se como ser mulato na sociedade maranhense, poderia ser considerado um crime gravíssimo, cuja sentença era a exclusão e isolamento do sujeito miscigenado.

– Ah! este é que é o tal doutor de Coimbra?

– O cujo! afirmava o Bento.

– Mas Brito, vem cá! disse o outro, com grande mistério, como quem faz uma revelação importante.

– Ouvi dizer que é mulato!...

*E a voz do Brito tinha o assombro de uma denúncia de crime. (AZEVEDO, 1959, p.59)*

Além de tudo, chama a atenção o fato de Raimundo não saber a sua origem, uma vez que foi enviado para a Europa muito cedo, aos 5 anos. Tal fato era motivo de muita curiosidade e angústia para o protagonista, que sempre quis descobrir os mistérios em torno de seu nascimento. “A busca que Raimundo empreende por suas origens é uma busca para saber quem era. A busca de Raimundo é [...] a busca de um mulato, [...] por sua ontologia étnica e por seu lugar na sociedade.” (ALMEIDA, 2010, p.99)

Ademais, apesar de ser ridicularizado quando criança, em vista de sua cor de pele, por outros meninos que lhe chamavam “Macaquinho”, o mesmo não entendia o motivo da gozação. Assim como não compreendia o motivo do isolamento empreendido pela sociedade maranhense, a princípio tão hospitaleira. Tal fato, segundo Leo Spitzer (2001), ocorria pois os sujeitos em processo de assimilação “não se percebiam automaticamente como marginalizados não se viam, necessariamente, como aspirantes barrados, excluídos, rejeitados e inaceitáveis ao privilégio e ao poder do grupo dominante.” (SPITZER, 2001, p.156)

Raimundo, apenas foi descobrir sua origem, ao receber a resposta negativa, ao pedir a mão de sua prima Ana Rosa, ao seu pai, Manuel Pescada.

– Recusei-lhe a mão de minha filha, porque o senhor é... é filho de uma escrava...

– Eu?!

– O senhor é um homem de cor!... Infelizmente esta é a verdade...

*[...] Calaram-se ambos. Raimundo, pela primeira vez, sentiu-se infeliz; uma nascente má vontade contra os outros homens formava-se na sua alma até aí limpa e clara; na pureza do seu caráter o desgosto punha a primeira nódoa. E, querendo reagir, uma revolução operava-se dentro dele; idéias turvas, enlodadas de ódio e de vagos desejos de vingança, iam e vinham, atirando-se raivosos contra os sólidos princípios da sua moral e da sua honestidade, [...] Uma só palavra boiava à superfície dos seus pensamentos: “Mulato”. [...] (AZEVEDO, 1959, p.134-135)*

A partir de então, o protagonista percebe o motivo da repulsa e rejeição vindos da sociedade maranhense:

*Esta só palavra explicava-lhe agora todos os mesquinhos escrúpulos, que a sociedade do Maranhão usara para com ele. Explicava tudo: a frieza de certas famílias a quem visitara; a conversa cortada no momento em que Raimundo se aproximava; as reticências dos que lhe falavam sobre os seus antepassados; a reserva e a cautela dos*



*que, em sua presença, discutiam questões de raça e de sangue; a razão pela qual D. Amância lhe oferecera um espelho e lhe dissera: “Ora mire-se!” (AZEVEDO, 1959, p.135)*

Nesse momento, “sua riqueza, posses, estudos e bons costumes encontram a barreira da cor. É como se sua ambiguidade étnica o destituísse de suas posses materiais e morais.” (ALMEIDA, 2010, p.63) Essa barreira, de acordo com Spitzer (2001), era uma característica comum aos indivíduos em “situação de marginalidade”, responsável pela manutenção da condição hierárquica entre os dominantes e os dominados, utilizando para tal uma série de critérios, “desde a aparência física, biologicamente determinada, até expressões simbólicas relacionadas com a cultura, como a língua e o vestuário, e ainda os costumes religiosos e sociais.” (SPITZER, 2001, p.156)

Assim, de nada importava seu diploma em direito, ou sua fortuna, pois era mulato, filho de uma mulher escravizada. Seus atributos intelectuais não superavam o defeito que representava a cor de sua pele, que apesar de não ser negra, também não era branca - o fator mais importante. Esse momento, conforme Spitzer (2001), de percepção da barreira e da exclusão/afastamento do mundo dominante, provocava nos sujeitos marginalizados uma fase de insegurança psicológica e crise de identidade, de conflito e desorientação, onde se conscientizavam “de sua posição marginalizada entre dois mundos. Perscrutando seus valores e práticas, questionando a validade e a viabilidade da abordagem assimilacionista, [...] ‘Quem sou eu? Negro ou branco? Africano? Europeu? Judeu?’ [...]” (SPITZER, 2001, p.167)

*Mas do que servira então ter-se instruído e educado com tanto esmero? do que servira a sua conduta reta e a inteireza do seu caráter?... Para que se conservou imaculado?... para que diabo tivera ele a pretensão de fazer de si um homem útil e sincero?...” E Raimundo revoltava-se. “Pois, melhores que fossem as suas intenções todos ali o evitavam, porque a sua pobre mãe era preta e fora escrava? Mas que culpa tinha ele em não ser branco e não ter nascido livre? (AZEVEDO, 1959, p.151)*

Nessa linha, conforme Rodrigo Estramanho de Almeida (2010), a partir do protagonista da obra de Aluísio Azevedo, é possível refletir sobre o paradoxo dos indivíduos mestiços em nosso país. “Não se é branco e não se é negro, sabe-se que é parte do todo, mas não se sabe que papel desempenhar. No entanto, esse ninguém é fundamental, pois é [...] ‘o tipo acabado de brasileiro’ [...], mas o tipo acabado de brasileiro não sabe, em si, o que é.” (ALMEIDA, 2010, p.38)

Essa condição do sujeito mestiço no Brasil, segundo Almeida (2010) se relaciona diretamente com a divisão econômica do trabalho, uma vez que ambas as extremidades - o negro e o branco - tinham seus lugares definidos no sistema escravista - o escravizado e o

proprietário. Ao contrário do mulato que por ser fruto da miscigenação do branco com o negro, não possuía lugar definido e podia transitar entre as classes.

Ademais, segundo Alessandra Devulsky (2021), tal condição se intensificou e se estruturou após a abolição da escravidão, com o “surgimento” do colorismo enquanto novo método de conservação da hierarquia racial, “em substituição ao sistema de leis e de institutos jurídicos que até então estabeleciam o lugar de negros e brancos durante a escravidão e a partir desses mesmos elementos culturais debitários de um sistema secularmente posto [...] (DEVULSKY, 2021, p.23-24)

Na atualidade, o conceito de colorismo pode ser definido, como uma hierarquização dos tons de pele e traços físicos de pessoas negras, que determinam a intensidade de discriminação que essas pessoas irão sofrer. Quanto mais retinta a cor da pele, e quanto maior a quantidade de traços característicos, maior a possibilidade de sofrer com o racismo.

Tal concepção, utilizada de maneira equivocada, pode levar ao pensamento de que os mestiços ou negros de pele clara, possuíam benefícios e privilégios em uma sociedade racista. Contudo, conforme com Alessandra Devulsky (2021), esse benefício constitui apenas um desdobramento do racismo. Assim, “seja em torno do fenótipo, seja com relação à carga cultural expressa pelo sujeito, a categorização do quanto um indivíduo é negro só ocorre após a leitura de que ele não é branco. (DEVULSKY, 2021, p.13)

*Essa maleabilidade [...] faz dos negros oriundos da mestiçagem um alvo perfeito para um escorramento duplo: não são suficientemente escuros para os racial-puristas, tampouco absolutamente brancos para os racistas-eugenistas. (DEVULSKY, 2021, p.61)*

No Brasil, segundo a autora, “o colorismo estipula o quanto é possível ser negro gozando de alguma segurança. A mestiçagem serve, assim, como *laisserpasser*.” (DEVULSKY, 2021, p.21) Tal conceito, é intitulado por David Brookshaw (1983) como “linha do comportamento”, e se refere a barreira de cor existente perante os sujeitos negros e mulatos, cuja finalidade seria separar duas tradições culturais diferentes, a europeia e a africana. Nessa linha, uma vez que conseguissem atravessar essa barreira, os indivíduos se tornariam “exceções do estereótipo, implicitamente impedidos de mostrar qualquer vestígio de sua cultura anterior em troca de sua assimilação.” (BROOKSHAW, 1983, p.17)

Tais barreiras, conforme Spitzer (2001), poderiam ter abrangências e eficácias diferentes quanto ao grau de exclusão, podendo ser desde completas - impedindo qualquer integração ao grupo dominante - ou permeáveis, permitindo alguma assimilação. Tal

permeabilidade, segundo o autor, podia advir através do talento, da condição financeira favorável, “além do intenso esforço pessoal, do uso da inteligência e da exploração criteriosa das oportunidades de avanço social e econômico.” (SPITZER, 2001, p.120)

Ainda, o caráter permeável da barreira, de acordo com Spitzer (2001), era mais provável para os sujeitos de pele mais clara, em vista da maior aceitação social na camada dominante. Tal fato, para o autor, se deve a característica da ideologia assimilacionista, desenvolvida dentro do contexto e da realidade histórica e cultural brasileira, em que as oportunidades de admissão e de ascensão econômica e social “eram controladas e determinadas, no Brasil, por uma ideologia baseada em critérios culturais e somáticos [...] conhecidos como embranquecimento.” (SPITZER, 2001, p.121)

Contudo, segundo Brookshaw (1983), cruzar a linha de comportamento não garantia a assimilação ao grupo dominante, pelo contrário. Ao “entrar” no mundo dos brancos, o indivíduo negro ou mestiço teria que competir com ele como igual, em uma sociedade estruturada pela desigualdade racial. Assim, conforme o autor, não importa quanto esforço “ele faça para adaptar-se aos padrões de comportamento social e de tendência cultural dele exigidos [...] o quanto ele esteja condicionado a tal tendência e o quanto sinta como sendo sua própria tendência, [...] apenas a cor negra de sua pele.” (BROOKSHAW, 1983, p.187)

É a partir desse momento, segundo Brookshaw (1983), que o indivíduo descobre que “por trás da linha de comportamento existe a linha de cor que, provavelmente, é ainda mais sinistra do que aquela legalmente definida, uma vez que se trata de uma linha que toma a forma de estereótipo na visão que o homem branco tem de seu compatriota negro.” (BROOKSHAW, 1983, p.187) Além de que, no momento em que o indivíduo “assimilado” passa a adotar outro estilo de vida ou ter pensamento diferentes ou contrários ao grupo dominante, a barreira é erguida novamente. Assim, conforme Alessandra Devulsky (2021):

*[...] um negro de pele clara lido como sujeito autorizado a circular na esfera branca de poder, ao portar um turbante, ao usar um dread no cabelo, pode perder com muita facilidade seu *laissez-passer*. A sutil linha que divide esses espaços de trânsito social é facilmente rompida, e essa insegurança é apreendida quase que naturalmente na sociedade por negros, especialmente os de pele clara [...]. (DEVULSKY, 2021, p.21)*

Como isso, percebemos que apesar da existência da assimilação, a mesma nunca se dá por completo, uma vez que depende do seguimento à risca das expectativas culturais e econômicas, disfarçadas de controle, da camada branca dominante. Ainda, de acordo com Brookshaw (1983), o “alçapão de escape do mulato”, advindo de sua maior probabilidade de atravessar a barreira, não protege o sujeito mestiço de sofrer com o preconceito e a humilhação.

“Na verdade, poder-se-ia argumentar que o mulato sofre maior ressentimento por parte do branco do que o negro, porque ele representa um perigo maior à estabilidade da estrutura social e étnica que é manipulada por uma elite predominantemente branca.” (BROOKSHAW, 1983, p.151)

Assim, conforme Alessandra Devulsky (2021), é insensato afirmar que os indivíduos mestiços ou negros de pele clara são vistos e tratados como “quase brancos” em nossa sociedade, não se sujeitando assim a situações de preconceito e discriminação, uma vez que o “reconhecimento de vantagens concedidos a negros de pele clara não faz deles sujeitos pertencentes aos espaços de poder tradicionalmente ocupados por brancos no Brasil.” (DEVULSKY, 2021, p.10)

### **Construindo um lugar possível: a resposta à marginalização**

Além disso, na atualidade, de acordo com Brookshaw (1983), o sujeito o negro educado, seja ele de pele clara ou escura, impossibilitado de alcançar suas ambições sociais por causa da discriminação, “tem traduzido suas frustrações sociais em um anseio de assumir sua identidade negra. Em outras palavras, ele chegou ao ponto que chamo de ‘desassimilação’, o estado que pressagia sua liberdade.” (BROOKSHAW, 1983, p.187)

A contestação da situação de marginalidade, segundo Spitzer (2001), foi característica de uma “gama de respostas de pessoas que deslocaram o foco das soluções individuais para os esforços de grupo -do eu para a coletividade - e que tentaram transformar seu vínculo somático ou cultural com a massa subalterna em arma dinâmica de mudança.” (SPITZER, 2001, p.205-206) Assim, conforme Spitzer (2001), ao se perceberem permanentemente excluídos, os indivíduos reexaminaram a ideologia assimilacionista, e como resposta a ela, procuraram “identificar-se e associar-se a pessoas e grupos com os quais compartilhassem os pontos de referência extrínsecos usados para discriminá-los.” (SPITZER, 2001, p.206)

Nessa linha, de acordo com Brookshaw (1983), ao invés da assimilação, que implica a aceitação e internalização da cultura dominante e o enaltecimento e valorização da cor branca em detrimento da cor preta, esses sujeitos optaram pela desassimilação, reavaliando positivamente a ideia de negritude.

Além disso, é também importante notar e destacar que essas experiências pendulares “entre o ‘não branco’ e o ‘não suficientemente escuro’ criam um espaço – curiosamente construído, a princípio, a partir de um ‘não lugar’— de criação de novos saberes e de

experimentações políticas.” (DEVULSKY, 2021, p.86) E é nesse espaço onde surge e se desenvolve os princípios do processo de desassimilação.

Desse modo, defendemos aqui, que os mestiços, os mulatos, e mesmo o nosso protagonista Raimundo, ao opor-se contra a assimilação e alienação racial pode “encontrar na negritude um contraponto identitário, um lugar, na relação com a alteridade branca.” (DEVULSKY, 2021, p.86-87)

## Conclusão

Assim, ao longo do texto, partindo da análise da obra *O mulato*, foi possível introduzir algumas questões relativas à identidade e a mestiçagem, a partir do final do século XIX, e compreender a existência de um (não) lugar do sujeito mestiço. Foi possível ainda, compreender um pouco as ideias de assimilação e desassimilação, respostas dos indivíduos às situações de marginalidade. A partir do exposto, defendemos aqui, que uma vez que a assimilação à cultura branca dominante nunca é concluída em sua plenitude, em vista das barreiras impostas aos indivíduos marginalizados, o melhor meio através do qual seria possível construir “um lugar” para o sujeito mestiço, seria a desassimilação. Com ela, o indivíduo mestiço, pode encontrar na negritude, seu lugar no mundo e uma identidade racial.

## Referências

- ALMEIDA, Rodrigo Estramano de. A realidade da ficção: ambiguidades literárias e sociais em *O Mulato* de Aluísio Azevedo. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. São Paulo: Martins, 1959.
- BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. Goiás: Revista de Teoria da História, Ano 1, n. 3, junho/ 2010.
- BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFIL, 1990.
- DANTAS, Lucilene da Silva. A representação do negro na obra *O Mulato* (1881), de Aluísio Azevedo. 2010. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Letras- Port/Ing) - Universidade Federal do Amazonas. 2010.
- DEVULSKY, Alessandra. *Colorismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.



DINIZ, Leudjane Michelle Viegas. Nas linhas da literatura: um estudo sobre as representações da escravidão no romance *O mulato*, de Aluísio Azevedo. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

DRESCH, Graciela. A representação da identidade nacional em figuras femininas de Aluísio Azevedo. 2005. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos. São Paulo: Editora Global. 1ª edição digital. 2013.

MARTINO, Agnaldo. Literatura como fonte histórica: a Língua Portuguesa pelas crônicas de Machado de Assis. *Verbum. Cadernos de Pós-Graduação*. v. 7, n. 1, p. 72-92, 2018.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MUÑOZ, Juliana Fillies Testa. Entre a aceitação e a negação: a construção literária do negro como modelo em *O mulato*. *Gragoatá*, 22(43), 598-612. 2017.

OLIVEIRA, Ana Maria. A questão racial na obra “*O mulato*” de Aluísio Azevedo. 2008, 69p. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Maranhão. 2008.

OLIVEIRA, Marcos Vinicius Ferreira de. O Mulato e o protagonismo da invisibilidade. In: 6º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e 3º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, 2015, Canoas. *Anais Eletrônicos*. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates*. 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>. Acesso em 04 de maio de 2022.

PRECIOSO, Daniel. Raça, mestiçagem e designações sociorraciais no romance *O mulato*, de Aluísio Azevedo (1850-1881). *Esboços, Florianópolis*, v. 26, n. 41, p. 149-178, jan./abr. 2019.

SCHWARCZ, L. M. O olhar naturalista: entre a ruptura e a tradução. *Revista De Antropologia*, 35, 149-167. 1992.

SENA JUNIOR, G. F. Realidade versus ficção: a literatura como fonte para escrita da história. In: VI Simpósio Nacional Estado e poder: cultura, 2010, São Cristóvão - SE. *Anais VI Simpósio Nacional Estado poder: cultura*, 2010.

SPITZER, Leo. *Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

VAZES, Simone Beatriz de Paula; RAMOS, Wellington Furtado. Os discursos raciais em “*o mulato*” de Aluísio Azevedo e a questão da mestiçagem. *Anais dos Seminários Internacionais de Estudos de Linguagens e das Semanas de Letras - FAALC/UFMS* | E-ISSN: 2675-7419, n. 2, p. 251-259, 2020.